

O lixo e as águas

Toda sociedade em seu processo de reprodução estabelece um relacionamento com o meio que a abriga, envolvendo algum nível de alteração das condições originais da área e o consumo de materiais da natureza aí depositados, que, em razão do uso, são denominados de recursos naturais. Muitos dos recursos consumidos são devolvidos ao meio sob a forma de dejetos ou resíduos, cuja acumulação constitui parte da intervenção humana sobre o ambiente. Este processo, inexorável e ininterrupto, objetiva um aspecto da progressiva antropomorfização da superfície da Terra.

A aferição do nível de degradação ambiental ocasionada pelo modo de vida de um dado grupo social deve, portanto, equacionar e qualificar esse *feed back*, identificando os tipos de recursos consumidos e de resíduos gerados, atentando para a capacidade regenerativa do meio de processar o material sobrando, incorporando-o em novos ciclos da natureza. Tal avaliação está no cerne da noção de sustentabilidade, isto é, o potencial de uso passível de permitir a reprodução do padrão de consumo praticado nos mesmos moldes e intensidade. Nesse sentido, pode-se dizer que é sustentável a sociedade que consegue garantir o estoque de recursos necessários à sua reprodução, e que processa de forma adequada (não degradante) os dejetos gerados pelo seu estilo de vida.

Por contraste, são insustentáveis numa perspectiva histórica de longo prazo os gêneros de vida que dilapidam de forma absoluta

seu patrimônio natural disponível e que acumulam o lixo originado pelo seu consumo reprodutivo. No que importa aos recursos, a questão das fontes renováveis e não-renováveis emerge como fundamental na qualificação mencionada. Em termos dos resíduos, suas características e quantidade tem de ser aferidas para se estabelecer o juízo qualificador. Além do volume gerado, existem desde substâncias que são contaminantes persistentes até materiais rapidamente biodegradáveis. Por isso, a avaliação dos resíduos deve ter por parâmetro básico a articulação entre a saúde pública e a qualidade ambiental.

A relação entre
água e lixo,
tal como praticada,
está na base de
uma posição de
insustentabilidade
frente a um
recurso vital.

As sociedades de formação colonial, e a brasileira em particular, tendem a ver o território como um bem infinito que pode ser dilapidado em seus recursos e degradado em suas condições, sem se preocupar com os danos para as gerações futuras. A existência de fundos territoriais, aliada a um padrão histórico de ocupação (que tem a expansão e a con-

quista de espaços como determinação fundante), explicam em muito tal postura que se exercita num movimento, ao mesmo tempo intensivo e extensivo, de apropriação e uso dos lugares e recursos. O avanço das frentes povoadoras no país sempre deixou em suas retaguardas meios deteriorados e exauridos, no que tange às condições naturais e ambientais.

Uma das características desse processo, que se agrava na proporção que se eleva a densidade demográfica, é a destruição das

fontes de recursos renováveis pela contaminação dos dejetos e resíduos. Os recursos hídricos, por exemplo, até pela abundância de sua manifestação no território nacional, conhecem uma progressiva dilapidação por variados processos de poluição das águas. Nesse quadro, a baixa cobertura do saneamento básico nos meios urbanos aparece como um problema de grande magnitude, constituindo os esgotos *in natura* uma causa significativa de contaminação aquática no Brasil. Contudo, os dejetos industriais, a exploração mineral e a grande quimificação da própria agricultura, também contribuem bastante nesse processo de “morte social dos rios”, como bem definiu Mauro Leonel em recente livro.

A visão dos meios líquidos como depositários adequados dos resíduos e dejetos, e das vias aquáticas como condutos naturais de escoamento e dispersão do lixo, mostra sua total irracionalidade em face do despejo de substâncias de alta e rápida contaminação (como o mercúrio) ou de certo grau de adensamento populacional (como nas grandes cidades). Tais situações bem demonstram seus limites regenerativos, e o território brasileiro já apresenta rios, lagoas e lençóis freáticos destruídos, com custos de recuperação bastante elevados. A relação entre água e lixo, tal como praticada, está na base de uma posição de insustentabilidade frente a um recurso vital para a reprodução da sociedade.

Antonio Carlos Robert Moraes é geógrafo e professor do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.